

ORDEM DO MÉRITO DA DEFESA

Palavras do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, na cerimônia de celebração do aniversário do Ministério da Defesa e de imposição da Ordem do Mérito da Defesa

Brasília, 07 de junho de 2016

Senhoras e senhores,

A cerimônia de hoje homenageia civis, militares e organizações militares que contribuíram para a missão do Ministério da Defesa e das Forças Armadas na nobre tarefa de proteger a nossa Pátria.

Como demonstram os relevantes serviços prestados pelos agraciados, a política de defesa não resulta somente da visão de um governante, autoridade ou instituição, mas é, cada vez mais, uma obra coletiva.

Também celebramos, no dia de hoje, o aniversário de dezessete anos do Ministério da Defesa.

Sua criação pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 10 de junho de 1999, acompanhou tendência internacional de consolidação da autoridade civil em matéria de defesa e do diálogo democrático sobre essa agenda.

No âmbito doméstico, a criação do Ministério da Defesa foi resultado de intensa reflexão e de um profícuo debate entre civis e militares, que se vem intensificando ao longo dos últimos anos.

A ideia de uma estrutura institucional única que coordenasse as Forças Armadas brasileiras remonta a meados do século passado.

A criação do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1946, constituiu um primeiro passo nesse processo, que evoluiu rapidamente ao longo da nossa história mais recente.

O Ministério da Defesa é herdeiro dos valores e da excelência de instituições fundadoras de nossa nacionalidade, que são as Forças Armadas brasileiras, e tem a responsabilidade de preservá-los ao tempo em que estabelece as diretrizes políticas que devem orientar a defesa nacional no século XXI.

Essas diretrizes estão, desde 2012, consubstanciadas em uma tríade de documentos que o Ministério atualiza a cada quatro anos: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

Como em todas as grandes democracias do mundo, em que não podem estar desvinculadas a vontade popular e a decisão sobre os rumos da soberania nacional, alcançamos a compreensão de que a defesa deve ser pensada em conjunto, por civis e militares.

Por isso é fundamental que os ciclos de atualização desses documentos, tal qual aconteceu quando da elaboração de suas primeiras versões, sejam participativos e transparentes e encontrem ressonância junto à sociedade, por meio de diálogos, de debates e do envolvimento do Congresso Nacional.

A inovação institucional que representou a própria criação do Ministério da Defesa aprofundou-se, ao longo dos últimos dezessete anos, com inovações internas importantes, como a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em 2010, e da Secretaria-Geral, em 2013.

Paralelamente, conceitos fundamentais como a interoperabilidade de meios e a complementaridade de capacidades singulares, que fundamentam uma lógica integrada de emprego das Forças Armadas, têm-se tornado, no dia a dia da Defesa, cada vez mais uma realidade prática, que se constrói em conjunto.

O aprimoramento de operações conjuntas como a Operação Ágata, que já chegou à sua 11ª edição, e a contribuição para a segurança de grandes eventos, como ocorrerá durante os Jogos Olímpicos de 2016, são exemplos, dentre outros, bem-sucedidos da coordenação do Ministério da Defesa na aplicação prática desses conceitos.

Não posso deixar de mencionar, ainda, a priorização que este Ministério confere aos projetos estratégicos das Forças Armadas, alguns dos quais estão em desenvolvimento e implementação há décadas em prol de um país mais soberano, autônomo e desenvolvido.

Os projetos estratégicos têm seu foco na defesa da Pátria, mas trazem também grandes investimentos em indústrias de ponta, ciência e tecnologia e conhecimento, de forma que seus benefícios transbordam, e muito, para outras áreas e se fazem sentir por toda a sociedade brasileira.

Os investimentos em projetos como o programa de reaparelhamento dos meios de superfície da Marinha, o Sistema de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON, e o desenvolvimento e aquisição do cargueiro KC-390, apenas para citar alguns, buscam fornecer ao Brasil real capacidade dissuasória frente a eventuais mudanças e, também, ameaças.

Finalmente, é fundamental que continuemos valorizando os recursos humanos da Defesa, excelentes profissionais militares e competentes servidores civis, que contribuem para a soberania e o desenvolvimento do Brasil com seu trabalho diário.

Parabenizo a todos os agraciados com a Ordem do Mérito da Defesa e agradeço-os por sua dedicação.

Muito obrigado!